



A importância dos mitos para o(s) estudo(s) da(s) religião(ões) e sua relevância no componente curricular de Ensino Religioso (ER)

The importance of myths for the study(s) of religion(s) and their relevance in religious teaching

Ernani Francisco dos Santos Neto¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a importância dos mitos para o estudo das religiões, abordando também sua relevância no componente curricular de Ensino Religioso, presente nos níveis I e II do Ensino Fundamental em instituições públicas e privadas de ensino no Brasil. Partindo de memórias pessoais sobre os mitos de fundação de sua cidade natal, o autor explora diferentes concepções acerca dos mitos e apresenta um breve panorama sobre a implementação e os desafios do Ensino Religioso no contexto brasileiro, destacando a relevância do conhecimento mítico nesse componente curricular. A análise revela que, no estudo das religiões, os mitos desempenham um papel fundamental. No Ensino Religioso, eles constituem ferramentas valiosas para a compreensão das diversas tradições religiosas, ampliando o acesso a diferentes culturas e concepções de mundo. Por meio de uma abordagem lúdica e imagética, os mitos permitem a experimentação de realidades desconhecidas, contribuindo para a aceitação do outro e para a promoção do diálogo intercultural e inter-religioso.

Palavras-chave: Mito. Religião. Ensino Religioso.

Abstract: This article aims to reflect on the importance of myths in the study of religions, also addressing their relevance in the Religious Education curriculum, which is present in levels I and II of Elementary Education in public and private educational institutions in Brazil. Drawing from personal memories of the foundation myths of the author's hometown, the text explores different conceptions of myths and provides a brief overview of the implementation and challenges of Religious Education in the Brazilian context, highlighting the significance of mythical knowledge in this curricular component. The analysis reveals that myths play a fundamental role in the study of religions. In Religious Education, they serve as valuable tools for understanding various religious traditions, broadening access to different cultures and worldviews. Through a playful and imagetic approach, myths allow for the experience of unknown realities, contributing to the acceptance of others and fostering intercultural and interreligious dialogue.

Keywords: Myth. Religion. Religious Education.

¹ Doutor, Mestre, Especialista e Licenciado em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduado em Psicologia e em Sociologia. Professor-supervisor do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em Ciência da Religião pela UFJF. Professor de Ensino Religioso na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4587190282062192> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0748-7272>. E-mail: ernanineto.psi@gmail.com.



1. Introdução

Quando o Sertão era virgem, a tribo dos “Caicós”, célebre por sua ferocidade, julgava-se invencível, porque Tupan vivia ali, encarnado num touro bravio que habitava um intrincado mufumbal, existente no local onde está, hoje, situada a cidade do Caicó. Destroçada a tribo, permaneceu intacto o misterioso mufumbal, morada de um deus, mesmo selvagem. Certo dia, um vaqueiro inexperto, penetrando no mufumbal, viu-se, de repente, atacado pelo touro sagrado, que iria, indubitavelmente, matá-lo. Rapidamente inspirado, o vaqueiro fez o “voto” a N.S. SantAnna de construir ali uma capela, se o livrasse de tamanho perigo. Como por encanto, o touro desapareceu. O vaqueiro destruiu a mata e iniciou, logo, a construção da capela. O ano era seco e a única aguada existente era de um poço do rio Seridó. O vaqueiro fez novo “voto” a S. Anna para o poço não secar antes de concluída a construção da capela. O “Poço de SantAnna”, como ficou, desde então, denominado, nunca mais secou. Reza a lenda que o espírito do deus dos índios, expulso do mufumbal, foi se abrigar no poço, encarnando-se no corpo de uma serpente enorme que destruirá a cidade, ou quando o poço secar, ou quando as águas do rio, numa cheia pavorosa, chegarem até o altar-mor da matriz do Caicó onde se venera a imagem da mãe de Nossa Senhora (Fernandes, 2004, p.18).

A citação acima delimita o escopo do presente artigo e, ao mesmo tempo, busca descortinar a questão-problema, os campos e a complexidade que iremos adentrar. Ela destaca a importância dos mitos para o(s) estudo(s) da(s) religião(ões) e sua relevância no componente curricular de Ensino Religioso e, por que não dizer, na prática do educar e na própria constituição de identidades, seja de um indivíduo, de um grupo ou de um povo.

O excerto faz referência a uma batalha decisiva entre povos nativos e colonizadores, conhecida como “*A Guerra dos Bárbaros*”, ocorrida no sertão nordestino entre 1687 e 1697. Como resultado, temos, nessa narrativa, o mito de origem da cidade de Caicó, localizada no interior do estado do Rio Grande do Norte. O mito abarca diversas lendas locais, como a guerra da tribo *Caicós*, o poço d’água de um rio que nunca seca, a cobra gigante que ameaça destruir a cidade e a fundação do município por meio de uma capela. Essas narrativas são alimentadas pelo discurso popular e, frequentemente, ultrapassam a dimensão mitológica para se concretizarem como fatos verídicos para muitos habitantes. Em todos os casos, entretanto, o elemento religioso é predominante.

Peço licença para falar em primeira pessoa. Este que vos escreve nasceu nessa mesma cidade e, desde tenra idade, ainda nos anos iniciais escolares, aprendeu, seja pela via escrita, seja pela oralidade “cantada” pelos mais velhos ou pelos muitos cordéis que



desnudam a vastidão dos sertões, que essa era a verdadeira história da fundação da cidade. Hoje, passados mais de três décadas, tenho conhecimento de outras versões documentais sobre essa origem. Mas quem disse que o mito não prevaleceu na memória do menino crescido? Se me perguntarem a origem da minha terra natal, qual narrativa irei contar?

Partindo dessas memórias objetivamos, neste texto, apresentar algumas reflexões sobre o conceito de mito e, especificamente, sua importância para o(s) estudo(s) da(s) religião(ões), bem como sua relevância no componente curricular denominado Ensino Religioso (ER). Neste trabalho, problematizamos essa temática a partir de memórias, leituras e discussões realizadas por diversos autores, direcionando-as para o estudo do fenômeno religioso e da religião.

Detemo-nos na análise do conteúdo dos mitos por considerá-los uma *conditio sine qua non* para qualquer área de estudo, especialmente no que se refere à religião. Ademais, ao enfatizar o Ensino Religioso como componente curricular, apresentamos um breve panorama histórico sobre sua implementação e discutimos a problematização dos mitos nesse contexto educacional.

1. Compreensões acerca dos mitos

Iniciemos pela compreensão etimológica do termo. Segundo Ferreira (1986) em *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, a palavra “mito” procede do grego *mythos*, passando pelo latim *mythu*. Refere-se a “uma narrativa dos tempos fabulosos ou heróicos. Narrativa de significação simbólica, geralmente ligada à cosmogonia e referente a deuses encanadores das forças da natureza e/ou aspectos da condição humana” (Ferreira, 1986, p. 1143).

O mito é também descrito como uma representação de fatos ou personagens reais exagerada pela imaginação popular e pela tradição, ou como uma pessoa, ou fato, assim representado ou concebido. Por fim, o mito pode ser visto como uma ideia falsa, sem correspondente na realidade. Conforme Croatto (2010, p. 209), o mito é “o relato de um acontecimento originário, no qual os deuses agem e cuja finalidade é dar sentido a uma realidade significativa”.

Na obra *Mito e Realidade*, Eliade (1972) assegura que os mitos narram, efetivamente, não apenas a origem do mundo, dos animais, das plantas e do homem, mas também de todos os acontecimentos primordiais. Ele afirma que, ao evocar a presença



dos personagens dos mitos, o indivíduo torna-se contemporâneo deles: “Isso implica igualmente que ele deixa de viver no Tempo cronológico, passando a viver no Tempo primordial, no Tempo em que o evento teve lugar pela primeira vez” (Eliade, 1972, p. 18).

Desde já, esclarecemos que não abordaremos profundamente as funções dos mitos, e sim sua relevância em determinados campos de estudo. Nesse sentido, nos aproximamos das ideias de Eliade, que compreende o mito como uma história sagrada ocorrida em um tempo primordial. Para este autor:

O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do ‘princípio’. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma ‘criação’ (Eliade, 1972, p. 9).

É justamente isso que observamos no mito de origem da cidade de Caicó. Apesar de narrar uma história que remete à fundação da cidade, a narrativa é permeada por seres divinos, deuses e santos, animais sobrenaturais e encantados. Em suma, trata-se de uma história sagrada. Além disso, retrata façanhas que explicam a origem de uma localidade e de seu povo. Como pano de fundo, temos a capela, considerada o marco central da fundação do município, onde o componente religioso permanece simbolicamente preponderante até os dias atuais. Esse contexto evidencia a relação do ser humano com o sagrado e o poderio de um segmento religioso específico: o cristão-católico.

Ao rememorar a época escolar, especialmente na Educação Infantil, não se encontram recordações do estudo de religiões ou da existência de uma disciplina específica sobre o tema. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º), antes do 1º ao 4º ano, conteúdos dessa natureza eram abordados em matérias como História, Geografia e/ou Ciências Sociais. Durante o período da festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora Santana, o mito de origem era amplamente rememorado por meio de teatro, música, contação de histórias, pinturas e esculturas. No entanto, jamais se dava crédito aos demais personagens do mito.

Os povos indígenas eram representados como dominados, expulsos ou exterminados, vistos como desertores, e sua cosmologia era completamente apagada da história. O touro bravio desapareceu, e a cobra, uma personificação dos indígenas, foi



“encantada”, gerando medo e alimentando o imaginário popular. O foco central estava — e acreditamos que ainda está — na fundação da capela, que é a atual catedral da cidade. As sabedorias e crenças dos povos ameríndios não eram valorizadas; priorizava-se a força do colonizador português e o poder de suas divindades cristãs.

Desde sempre, ouve-se falar sobre o “descobrimento” do Brasil, mas surge o questionamento: que descobrimento foi esse? Teria sido uma invasão, uma colonização ou um massacre? O fato é que, mais uma vez, a história se repete. Ao observar o contexto da cidade mencionada, percebe-se uma valorização excessiva — ou, mais precisamente, uma racionalização subjetiva — das narrativas míticas, sempre enaltecendo a herança europeia. Trata-se, possivelmente, de um mecanismo de defesa que opera na mente daqueles que tentam negar suas próprias origens.

Como bem disse Freire (2022, p. 53): “A racionalização, como mecanismo de defesa, termina por identificar-se com o subjetivismo, ao não negar o fato, mas distorcer suas verdades. A racionalização ‘retira’ as bases objetivas do mesmo”. Nesse sentido, “o fato deixa de ser ele concretamente e passa a ser um mito criado para a defesa da classe que fez o reconhecimento, que, assim, se torna falso” (Freire, 2022, p. 53).

No estudo das religiões, o mito possui uma importância substancial. Para Croatto (2010, p. 179), “o mito revela, de uma maneira única, o ‘intertexto’, que é uma cosmovisão religiosa, e tem muita ligação com o rito e também (mas de outra forma) com a doutrina”. Segundo esse autor, o núcleo da experiência religiosa global expressa-se no símbolo, enquanto a cosmovisão particular manifesta-se no mito. Daí a sua importância e a necessidade de estudá-lo com clareza.

Eliade (1972, p. 123) nos traz outra contribuição: “a religião mantém a ‘abertura’ para o mundo sobre-humano”. Ou seja, a religião contém valores absolutos para todas as atividades humanas, nas quais o ser humano se confronta com o mistério, compreendendo a linguagem que o mundo lhe oferece. Para tal compreensão, é imprescindível identificar os modelos que os mitos revelam, de modo a construir significados para o mundo, destacando ideias de realidade, valor e transcendência (Eliade, 1972).

No nosso entendimento, Eliade (1972) confere ao mito uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada a partir de perspectivas múltiplas e complementares. Podemos analisá-lo sob diversos prismas: religião, ciência positivista, artes, filosofia, literatura, entre outros.



Na obra *O Livro da Mitologia: A Idade da Fábula*, Bulfinch (2013) destaca a importância de se conhecer a mitologia e, conseqüentemente, os mitos. Segundo o autor, essa aprendizagem é necessária não apenas por seu encanto narrativo, mas também pela presença de seres mitológicos em obras consagradas da literatura. Em suas palavras: “Sem o conhecimento da mitologia, boa parte da nossa elegante literatura não pode ser compreendida e apreciada” (Bulfinch, 2013, p. 13). O autor enfatiza que a existência dos mitos é essencial para o imaginário coletivo, pois “a essência do mito é ser, efetivamente, uma representação coletiva, ao expressar e explicar tanto o mundo quanto a realidade humana, transmitida por intermédio de gerações” (Bulfinch, 2013, p. 14). Ele ainda se questiona: como ensinar mitologia àqueles que não a aprenderam por meio das línguas da Grécia e de Roma? E ele mesmo responde:

Não se pode esperar do leitor moderno, tão inserido em questões pragmáticas, que se devote ao estudo de maravilhas falsas e religiões obsoletas. Mesmo o tempo dos jovens é exigido para o estudo de tantas ciências sobre fatos e coisas, que pouco dele poderá ser dedicado a uma ciência que se baseia em simples fantasia (Bulfinch, 2013, p. 14).

Ao trazer à tona a discussão sobre a importância dos mitos para o(s) estudo(s) da(s) religião(ões), não podemos deixar de destacar o componente curricular de Ensino Religioso, hoje presente no Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) das instituições públicas e privadas de ensino em todo o Brasil.

2. O componente curricular de Ensino Religioso – ER

O Ensino Religioso (ER) no Brasil tem sido objeto de intensos debates, especialmente no âmbito da Educação Básica, onde sua legitimidade, formato e objetivos continuam sendo amplamente discutidos. Historicamente, esse componente curricular esteve associado a uma abordagem confessional, por meio da qual as escolas, em sua maioria, vinculavam-se a uma tradição religiosa específica — predominantemente a católica — e promoviam o ensino doutrinário dessa fé. No entanto, à medida que avançaram as discussões sobre o pluralismo religioso, a laicidade do Estado e o respeito à diversidade cultural e espiritual, consolidou-se uma proposta alternativa de ER, pautada por uma abordagem reflexiva, não confessional e dialógica. Como destaca Rodrigues (2024), esse modelo busca promover o conhecimento crítico sobre as diferentes tradições



religiosas, valorizando o diálogo intercultural e a formação cidadã, em consonância com os princípios de uma educação democrática e inclusiva.

As ideias de Bulfinch (2013) nos permitem compreender a importância do Ensino Religioso que é, sem exageros, um campo por excelência das narrativas míticas. Acreditamos que o estudo do conhecimento religioso ou do fenômeno religioso, como definem as diretrizes curriculares e os currículos de referência (estaduais e municipais), é imprescindível para a compreensão do mundo que nos cerca. Para além das disciplinas consideradas “básicas”, o Ensino Religioso que atualmente, salvo algumas exceções, se desvinculou de um caráter catequético, pode revelar percepções amplas e visões de mundo totalmente novas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao tratar da área de Ensino Religioso, esclarece que, ao longo da história da educação brasileira, este componente curricular assumiu diferentes perspectivas teórico-metodológicas, muitas vezes de viés confessional ou interconfessional. A partir da década de 1980, as transformações socioculturais, que provocaram mudanças paradigmáticas no campo educacional, também impactaram o Ensino Religioso. Como consequência dos ideais de democracia, inclusão social e educação integral, vários setores da sociedade civil passaram a reivindicar a abordagem do conhecimento religioso e o reconhecimento da diversidade religiosa nos currículos escolares (Brasil, 2018).

Considerando os marcos normativos e em conformidade com as competências gerais estabelecidas pela BNCC (2018), o Ensino Religioso deve atender aos seguintes objetivos:

- a) proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; b) propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, com o constante propósito de promoção dos direitos humanos; c) desenvolver competências e habilidades que favoreçam o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e ao pluralismo de ideias, conforme a Constituição Federal; d) contribuir para que os educandos construam sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania (BNCC, 2018, p.436).



2.1 A relevância dos mitos no Ensino Religioso- ER

Na Educação Básica, mais especificamente no Ensino Fundamental Anos Iniciais, que compreende o 1º ao 5º ano, o componente curricular de Ensino Religioso aborda os mitos de forma pontual nas unidades temáticas do 5º ano, intituladas Crenças Religiosas e Filosofias de Vida. Os objetos de conhecimento relacionados incluem: Narrativas Religiosas; Mitos nas Tradições Religiosas; Ancestralidade e Tradição Oral. As habilidades desenvolvidas que enfatizam os mitos são:

- (EF05ER02) Identificar mitos de criação em diferentes culturas e tradições religiosas.
- (EF05ER03) Reconhecer funções e mensagens religiosas contidas nos mitos de criação (como concepções sobre o mundo, a natureza, o ser humano, divindades, vida e morte).

No Ensino Fundamental Anos Finais, que compreende o 6º, 7º, 8º e 9º anos, o componente curricular de Ensino Religioso também aborda os mitos, especialmente nas unidades temáticas do 6º e 7º anos, sob o eixo Crenças Religiosas e Filosofias de Vida. Nessa etapa, são discutidos aspectos estruturantes das diferentes tradições e movimentos religiosos, bem como filosofias de vida, com ênfase em mitos, ideia(s) de divindade(s), crenças e doutrinas religiosas, tradições orais e escritas, noções de imortalidade, princípios e valores éticos. Como objetos de conhecimento, no 6º ano, Símbolos, Ritos e Mitos Religiosos; e no 7º ano, na unidade temática Manifestações Religiosas, discute-se, entre outros temas, Místicas e Espiritualidades (Brasil, 2018, p.435).

Segundo a BNCC, os mitos são elementos estruturantes das tradições religiosas. A BNCC afirma que:

Eles representam a tentativa de explicar como e por que a vida, a natureza e o cosmos foram criados. Apresentam histórias dos deuses ou heróis divinos, relatando, por meio de uma linguagem rica em simbolismo, acontecimentos nos quais as divindades agem ou se manifestam (Brasil, 2018, p. 435).

Ainda segundo a BNCC:

O mito é um texto que estabelece uma relação entre imanência (existência concreta) e transcendência (o caráter simbólico dos eventos). Ao relatar um acontecimento, o mito situa-se em um determinado tempo e lugar e, frequentemente, apresenta-se como uma história verdadeira, repleta de elementos imaginários. No enredo



mítico, a criação é uma obra de divindades, seres, entes ou energias que transcendem a materialidade do mundo. São representados de diversas maneiras, sob distintos nomes, formas, faces e sentidos, segundo cada divindades alicerçam as crenças, entendidas como um conjunto de ideias, conceitos e representações estruturantes de determinada tradição religiosa. As crenças fornecem respostas teológicas aos enigmas da vida e da morte, que se manifestam nas práticas rituais e sociais sob a forma de orientações, leis e costumes (Brasil, 2018, p. 436).

Sobre o contexto escolar, o componente curricular de Ensino Religioso e os mitos, Brasil e Dmengeon (2010) sustentam que:

A função da escola, além do conhecimento sistematizado, é contribuir para que o conhecimento religioso esteja ao alcance dos alunos. A escola é formadora, portanto, sua participação no cotidiano das pessoas é um marco importante para a abertura às novas conquistas nesse campo. Quando a aprendizagem é desenvolvida de maneira integral, a criança conhece a si, reconhece-se e conhece o outro, nisto consiste a educação de qualidade que trabalha a partir do seu próprio mito. Cabe à escola conduzir o E.R. sob uma reflexão crítica, na qual se estabelece significados, faz-se comparações... orienta-se para a compreensão da dimensão religiosa na qual o educando (a) está inserido e subsidiando-o em sua concepção de mundo, ajudará para que haja comprometimento com a construção do sentido da vida que terá como desfecho a experiência concreta com o Transcendente (Brasil; Dmengeon, 2010, p.11).

Acredita-se que, sem o conhecimento dos mitos, nada seria possível. Não teríamos literatura, filosofia e nem mesmo a palavra, visto que nossa própria constituição enquanto seres humanos e sociedade é permeada pelos mitos. O desenvolvimento da história e das diversas versões da evolução humana só foi possível por meio dos mitos, os quais nos permitiram constituir-nos como seres de linguagem, capazes de distinguir entre o visível e o invisível. Nossa própria linguagem e constituição dependem de um retorno às origens, e esse retorno é viabilizado por narrativas — fragmentos de histórias que nos possibilitam adquirir e dominar a língua, seja ela oral ou escrita. É, portanto, através dos mitos que nos educamos e lapidamos nossa identidade, evidenciando sua importância para o(s) estudo(s) da(s) religião(ões).

Retomando o trecho mítico citado no início do texto, o pedido de proteção suplicado pelo lendário cavaleiro português à sua santa protetora abre espaço para uma nova interpretação dos relatos míticos da região. Fernandes (2004), ao analisar essa narrativa, revela que o temor ao poder divino é uma característica marcante do homem sertanejo, cuja tradição religiosa tem raízes na cultura cristã portuguesa. Vale salientar



que, nesse período histórico, era comum devotar-se a algum santo, acreditando-se que tal devoção oferecia proteção soberana contra os males da terra. De alguma forma, todas essas percepções de mundo estão impregnadas no corpo, na pele e na memória ancestral, evidenciando a impossibilidade de negar tanto a influência indígena quanto a portuguesa-cristã.

No contexto escolar descrito, o conteúdo apresentado em sala de aula não era necessariamente pensado como religioso. Raramente as histórias eram introduzidas com o clássico “Reza a lenda...”. Contudo, o mito tornou-se tão enraizado na cultura local que adquiriu status de verdade. Naquela localidade e naquele espaço educacional, não havia separação entre o sagrado e o profano, dado que a religião era hegemônica, não apenas em termos institucionais, mas também na ordem moral e na cultura organizacional.

A transversalidade dos mitos em componentes curriculares como Ciências Sociais, História e Geografia é relevante, mas pode comprometer o valor da dúvida quando uma narrativa é apresentada como fato verídico. No Ensino Religioso, ocorre, ou se espera, o contrário. Isto porque ele possibilita a compreensão das dimensões sagrada e profana, bem como a distinção entre a ordem material e imaterial. Além da lenda de origem portuguesa, seria fundamental incluir a cosmologia indígena, trazendo à tona perspectivas historicamente marginalizadas. A catequese exerceu forte influência e, até os dias atuais, persistem questionamentos sobre a verdadeira história da fundação da capela, da catedral e até mesmo do município, uma vez que o mito contado de maneira parcial ainda prevalece.

O conhecimento religioso, objeto do Ensino Religioso, é produzido no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, especialmente pela Ciência(s) da(s) Religião(ões) (Brasil, 2018, p. 432). Esse campo investiga o fenômeno religioso por meio de áreas como Antropologia, Sociologia, Filosofia, Psicologia e Teologia. Trata-se de um conhecimento empírico que examina religiões e suas manifestações, destacando-se pela neutralidade em relação aos objetos de estudo. Nesse contexto, não se questiona a verdade ou qualidade de uma religião; em vez disso, as religiões são vistas como sistemas de sentido e definidoras de identidade (Pinheiro, 2014).



2.2 Algumas compreensões sobre o Ensino religioso no contexto brasileiro

Embora não seja o objetivo principal deste trabalho discutir o percurso histórico do Ensino Religioso no Brasil, um breve panorama se faz necessário para a compreensão da temática aqui apresentada. Historicamente, essa disciplina atravessou três períodos: o Colonial, o Imperial e o Republicano (Cardoso, 2017; Costa, 2009; Grijo, 2017).

Segundo Costa (2009), no Período Colonial, a educação no Brasil estava estruturada em três esferas interligadas: Escola, Igreja e Sociedade político-econômica. Os colonizadores buscavam impor valores europeus, alinhando o Ensino Religioso aos interesses da Coroa. No Período Imperial, o Ensino Religioso permaneceu sob a tutela da Igreja Católica, então religião oficial do Império, funcionando como um instrumento ideológico subordinado à Metrópole. Já no Período Republicano, com a Proclamação da República em 1889 e a Constituição de 1891, ocorreu a separação entre Igreja e Estado. A nova Constituição determinou que “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino” (Costa, 2009, p. 03), desafiando o caráter confessional da educação até então vigente.

No artigo *O Giro Epistemológico do Ensino Religioso: da Confessionalidade à Ciência da Religião Aplicada*, Procópio (2025) evidencia o processo de desconfessionalização desse componente curricular a partir da década de 1970, destacando sua relevância para a formação cidadã. Assim como Cardoso (2017), Costa (2009) e Grijo (2017), Procópio (2025) também analisou a trajetória do Ensino Religioso desde o período colonial até a era republicana e a contemporaneidade, estruturando esse processo em três momentos principais. Contudo, dá ênfase aos documentos educacionais e sua relação com o Ensino Religioso: (1) as novas reflexões sobre a disciplina a partir da década de 1970; (2) a promulgação da Lei n.º 9.475/97; e (3) a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para as licenciaturas em Ciência(s) da(s) Religião(ões).

No Brasil, o Ensino Religioso sempre esteve atrelado a disputas políticas e sociais. A partir da década de 1930, ele foi introduzido como elemento de negociação entre a Igreja Católica e o governo de Getúlio Vargas. Inicialmente, não foi concebido pela ótica pedagógica, mas sim religiosa, e sua matrícula era facultativa.

Apesar das controvérsias, o Ensino Religioso possui uma episteme própria e é parte integrante do currículo escolar, devendo ser respeitado como tal (Grijo, 2017). Hoje,



enfrenta debates sobre sua nomenclatura — Ensino Religioso ou Cultura Religiosa? Para mudar o termo, seria necessário alterar o Art. 210 da Constituição, que estabelece o Ensino Religioso como disciplina facultativa nas escolas públicas de ensino fundamental (Brasil, 2008).

Por fim, Fernandes (2000) aponta que o Ensino Religioso no Brasil, desde o período colonial, precisa ser reconhecido como um instrumento para ajudar os estudantes a enfrentarem desafios e conflitos oriundos da própria natureza religiosa, inerentes ao ser humano. Embora permeado por polêmicas, o componente curricular avança lentamente, abordando temas cruciais para a sociedade, como preconceito, racismo, intolerância religiosa, violência, gênero, diversidade e inclusão.

No livro *Ensino Religioso Reflexivo: Uma Proposta a Partir da Ciência da Religião*, Rodrigues (2024) convida o leitor a compreender a trajetória desse componente curricular até sua configuração atual. A autora apresenta uma proposta de Ensino Religioso reflexivo, fundamentada nos princípios de uma educação laica e cidadã, que, ao mesmo tempo, reconhece e valoriza a dimensão religiosa na formação cultural e política da sociedade brasileira. Nesse contexto, a religiosidade é abordada como parte essencial da vivência de indivíduos e grupos, manifestando-se em seus modos de ser, pensar e agir.

A prática de ensino reflexiva, problematizadora e dialógica que faz dos conteúdos da experiência a pauta da educação, faz do objeto cognoscível, a religião, matéria de investigação e não simples descrição. Daí que se cientificamente diz-se da religião que pode ser objeto de estudo porque é fenômeno, no âmbito do ensino religioso reflexivo entende-se que a religião, antes de ser institucionalizada, é experiência e, portanto, vida. Enquanto vida, a experiência religiosa é dinâmica e realizada nas ações e relações sociais. Por isso, ela é entendida pela compreensão e não pela fragmentação. Ela deixa se apreender por meio das narrativas e não enquanto um sólido (Rodrigues, 2024. p. 87-88).

Observa-se que o Ensino Religioso reflexivo reconhece a pluralidade da sociedade, na qual diversas tradições religiosas, crenças e filosofias coexistem. Dessa forma, essa abordagem se distancia da catequese ou da doutrinação, consolidando-se como um espaço de aprendizado sobre as múltiplas manifestações religiosas. Esse modelo possibilita que os alunos compreendam a diversidade religiosa e a importância das crenças no contexto contemporâneo. O objetivo não se restringe à transmissão de informações sobre as religiões, mas também desenvolver habilidades para o diálogo inter-



religioso e promover a cidadania, com ênfase na defesa dos direitos humanos e na construção de uma cultura de paz.

Um dos pilares do Ensino Religioso reflexivo e dialógico é o estímulo ao pensamento crítico. Ao invés de apenas apresentar dogmas religiosos, essa abordagem incentiva os estudantes a questionarem, refletirem e formarem suas próprias opiniões sobre temas religiosos e éticos. Para isso, torna-se fundamental uma metodologia que favoreça a análise comparativa entre diferentes religiões, abrangendo o estudo de suas histórias, rituais, mitos, textos sagrados e valores, sem discriminação ou favorecimento de uma tradição em detrimento de outras.

Essa mudança de perspectiva também redefine o papel do professor de Ensino Religioso. Em vez de atuar como um transmissor de uma doutrina específica, o educador assume a função de facilitador do aprendizado, mediando reflexões e debates entre os alunos e incentivando a curiosidade e o respeito pela diversidade religiosa. Além disso, é essencial que o professor esteja preparado para lidar com questões complexas e sensíveis, promovendo um ambiente de respeito mútuo, escuta ativa e construção coletiva do conhecimento.

A implementação desse novo modelo de Ensino Religioso nas escolas exige uma reformulação das políticas educacionais e uma capacitação contínua dos docentes, para que possam abordar a religião de maneira pluralista e crítica.

A legislação brasileira, especialmente a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), assegura a presença do Ensino Religioso como parte integrante da formação básica do cidadão, sendo oferecido de forma facultativa no ensino fundamental das escolas públicas. Conforme o artigo 33 da LDB, com a redação dada pela Lei nº 9.475/1997, o Ensino Religioso deve respeitar a diversidade cultural religiosa do Brasil e ser ministrado sem qualquer forma de proselitismo. No entanto, a promulgação do Decreto nº 7.107/2010, que oficializa o Acordo entre o Brasil e a Santa Sé, e a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 4.439/2010, permitem a oferta de um Ensino Religioso de natureza confessional, desde que respeitada a matrícula facultativa e a proibição do proselitismo. Assim, a legislação não exige, de forma unívoca, que o Ensino Religioso seja necessariamente não confessional, mas impõe limites à sua prática para garantir o respeito à liberdade de crença e à laicidade do Estado.



A efetivação de um modelo reflexivo e dialógico enfrenta desafios, como a resistência de algumas instituições de ensino, a falta de formação adequada dos educadores e a necessidade de diretrizes pedagógicas mais claras. Além disso, retrocessos em determinadas políticas educacionais dificultam a consolidação de uma proposta de ensino laico, diverso e plural.

Nesse contexto, destaca-se a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que validou a Lei 3.459/00 do Estado do Rio de Janeiro, regulamentando o Ensino Religioso confessional nas escolas públicas estaduais. A decisão, tomada por unanimidade, reafirmou a legalidade da norma. A legislação estadual estabelece que o Ensino Religioso confessional seja facultativo, garantindo aos alunos a liberdade de escolha quanto à sua participação. O tema já havia sido analisado pelo STF no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.439/DF, em 2017. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) contestou a lei, argumentando que ela violaria o princípio da laicidade previsto na Constituição Federal. No entanto, o STF entendeu que a norma está em conformidade com o ordenamento jurídico vigente, o que reacende o debate sobre os limites entre o ensino religioso e a educação laica no Brasil.

Como evidenciado pelas memórias do autor, o Ensino Religioso com um viés confessional nas escolas públicas apresenta desafios que podem comprometer a neutralidade e a inclusão educacional. A principal preocupação é a violação do princípio da laicidade, uma vez que favorecer uma tradição religiosa específica desrespeita a separação entre Estado e religião. Além disso, esse modelo pode gerar exclusão e discriminação de alunos que não compartilham da crença ensinada, além de abrir espaço para o proselitismo, transformando a escola em um meio de evangelização. Outro risco é o fortalecimento de conflitos inter-religiosos e a limitação do pensamento crítico, na medida em que doutrinas são privilegiadas em detrimento de uma abordagem reflexiva. A formação docente também se torna um desafio, pois a exigência de alinhamento religioso pode restringir a diversidade no corpo docente e dificultar a qualificação dos professores para um ensino verdadeiramente plural e inclusivo.

A batalha por um ensino não confessional continua marcada por avanços e retrocessos, como evidencia a Lei 3.459/00, que reintroduz a confessionalidade. No entanto, concordamos com Procópio (2025), que defende o Ensino Religioso como um campo de atuação dentro da Ciência da Religião Aplicada. Segundo o autor, em



consonância com a BNCC, o Ensino Religioso tem como objetivos específicos promover o aprendizado sobre os saberes religiosos, formar para a liberdade de consciência e crença, além de incentivar o diálogo e o respeito à diversidade de expressões religiosas. Rodrigues (2013) reforça essa perspectiva ao propor um Ensino Religioso reflexivo e dialógico, que se distancia da catequese ou doutrinação, consolidando-se como um espaço de conhecimento sobre as diversas tradições religiosas. Esse modelo possibilita aos estudantes compreenderem a pluralidade religiosa e o papel das crenças na sociedade contemporânea.

No artigo *Ensino Religioso, Tolerância e Cidadania na Escola Pública*, Rodrigues (2013, p. 225) destaca que o Ensino Religioso, enquanto componente curricular reconhecido como área de conhecimento na educação pública, atua como um meio pedagógico para a oferta de conteúdos explícitos. Entre seus principais objetivos, a autora aponta a necessidade de mapear todas as tradições religiosas em seus valores e projetos, compor narrativas sobre essas tradições destacando suas ocorrências, estabelecer conexões e relações entre diferentes religiões por meio da análise comparativa, criando uma rede de significados entre elas, além de mediar a construção de argumentações e discursos sobre essas tradições, considerando conflitos, objeções, críticas e os aspectos positivos de cada expressão religiosa.

Na prática, porém, podemos observar que ainda “não temos uma política de Estado” efetiva sobre a liberdade religiosa, o que dificulta a implementação plena da lei. Em concordância com Rodrigues (2013), espera-se que o Ensino Religioso funcione como uma educação religiosa não proselitista. Sua proposta é transformar o conhecimento sobre religiões em um instrumento para a cidadania ativa, promovendo:

- i. A capacidade de formular e expressar opiniões sobre preferências religiosas;
- ii. A participação na vida política e econômica;
- iii. O envolvimento em debates na esfera pública;
- iv. O entendimento dos direitos e deveres;
- v. O reconhecimento da alteridade e da diversidade cultural e religiosa, visando uma convivência pacífica e respeitosa.

Assim como Fernandes (2000), compreendemos o Ensino Religioso como um componente essencial na formação do indivíduo, por sua tentativa de responder às grandes questões existenciais relacionadas ao sentido último da vida. Para esse autor, o



Ensino Religioso nas escolas busca, de alguma forma, atender às inquietações internas e externas dos alunos, abrindo novos horizontes. Além disso, incentiva o compromisso de fé com uma religião que, segundo a consciência de cada indivíduo, seja reconhecida como verdadeira. Essa disciplina também tem como objetivo: a) despertar para a religiosidade e a dimensão do transcendente; b) sensibilizar os alunos para questões espirituais e religiosas; c) fundamentar e educar a atitude religiosa.

Junqueira (2009, p. 248) argumenta que “o ensino religioso faz parte do currículo por estar alicerçado nos princípios da cidadania, do entendimento do outro e da formação integral do educando”. Segundo esse autor:

Ainda que muitos neguem ser religiosos, é um dado histórico que o indivíduo foi preparado para ser religioso assim como foi preparado biologicamente para falar determinada língua, gostar disto ou daquilo, comer etc. – o ser religioso, afinal, é um dado antropológico, cultural (Junqueira, 2009, p. 248).

Ainda segundo Junqueira (2009, p. 248):

Esse ensino, que é componente do currículo, trata do conhecimento da religião – conhecimento que não é mera informação de conteúdos religiosos, um saber pelo saber. Não significa, portanto, a transmissão de informações sobre o fenômeno religioso como é mencionado em livros das outras disciplinas ou como antes se fazia nas “aulas de religião”. Trata-se de um conhecimento que, em uma visão pedagógica progressista, dá valor ao saber em si: o educando conhecerá ao longo do Primeiro Grau os elementos básicos que compõem o fenômeno religioso para que assim possa entender melhor a sua busca do transcendente.

Tratando-se do uso dos mitos no Ensino Religioso e de sua contribuição para a educação humana, Brasil e Dmengeon (2010, p. 11) sugerem que, como educadores, nos cabe

trabalhar com variedades de metodologias que despertem e auxiliem a motivação interna do educando para o conhecimento, despertando nele o interesse por saber o porquê dos diferentes mitos existentes na vida das pessoas e o motivo pelo qual elas lhes devotam tanta importância.

Para desempenhar essa tarefa, é essencial que o(a) educador(a) tenha segurança em sua prática pedagógica, de modo a “conseguir atingir os objetivos com os alunos, visando à aquisição de novos conhecimentos e ao fortalecimento e ênfase do que já se sabe a respeito do desconhecido que está sendo oferecido sob um novo prisma” (Brasil; Dmengeon, 2010, p. 11). Conforme as autoras, o mito, enquanto parte da vida cotidiana



da humanidade, traz — e continuará trazendo — desafios que precisam ser desvendados e trabalhados no contexto educacional. No que diz respeito ao componente curricular de Ensino Religioso, elas pontuam:

O E.R. é a área que vai conduzir e reger a ação a fim de conseguir harmonizar os anseios religiosos que estão guardados no âmago de cada ser; o conhecimento das diferentes tradições religiosas só tende a trazer benefícios. O mito que envolve o que parece ser inatingível sob o olhar humano é o segredo que motiva e apela para a busca da felicidade e, conseqüentemente, do sentido da vida humana [...]. Não há humanidade sem crença, sem uma fé. Não há humanidade sem o mito, sem ser ou estar inserida num mito (Brasil; Dmengineon, 2010, p. 12).

Considerando a importância dos mitos, é igualmente crucial problematizar a forma como o Ensino Religioso deve ser conduzido em um contexto laico. O principal desafio reside em equilibrar a transmissão de conhecimentos sobre as diversas tradições religiosas sem incorrer em doutrinação, garantindo, assim, o respeito à liberdade de crença, à diversidade de pensamentos e à pluralidade cultural presente na sociedade.

A discussão contemporânea sobre o Ensino Religioso (ER), sobretudo aquela que defende um modelo não confessional, laico, reflexivo e plural, abre espaço para que os mitos deixem de ocupar um lugar marginal no currículo escolar e passem a ser reconhecidos como ferramentas fundamentais de leitura do mundo e das tradições religiosas. Nesse contexto, os mitos não são mais vistos como meras narrativas do passado, ou como fantasias sem valor cognitivo, mas como expressões simbólicas densas, que comunicam sentidos existenciais, cosmológicos e éticos próprios de cada cultura e religião.

O campo de estudo(s) da(s) religião(ões), mormente da(s) Ciência(s) da(s) Religião (ões)-(CR)², tem contribuído de forma decisiva para essa ressignificação. Ao compreender os mitos como construções simbólicas que articulam narrativas sobre a origem, o destino, o bem, o mal, o sagrado e a condição humana, as CR reconhecem nos mitos uma chave interpretativa fundamental para a compreensão das religiões em sua diversidade histórica, cultural e fenomenológica. O mito, nesse sentido, não se reduz a

² A Ciência da Religião pode ser compreendida como fundamento epistemológico do Ensino Religioso escolar, na medida em que oferece as bases científicas para a análise crítica e sistemática do fenômeno religioso. O Ensino Religioso, por sua vez, apropria-se desses aportes teóricos para desenvolver uma abordagem pedagógica plural, voltada à compreensão das diferentes tradições religiosas e à promoção do diálogo intercultural.



uma “história antiga”, mas constitui uma forma de pensamento e linguagem que revela como os grupos humanos organizam e interpretam a realidade.

Integrar o estudo dos mitos ao Ensino Religioso, portanto, é também incorporar a perspectiva das CR ao espaço escolar, favorecendo uma abordagem crítica, interdisciplinar e humanizadora. Um ER inspirado nas CR não busca a catequese nem a imposição de dogmas, mas sim a escuta, o diálogo e a valorização das múltiplas formas de crer, narrar e significar a vida.

Ao ser trabalhado nesse modelo, o mito permite que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais profunda das tradições religiosas, ampliem sua sensibilidade simbólica, e exercitem a imaginação crítica — competências fundamentais para a formação cidadã e para a convivência em sociedades marcadas pelo pluralismo religioso e cultural. Além disso, o mito dialoga com outras áreas do conhecimento, como a antropologia, a filosofia, a história e a literatura, estabelecendo pontes entre diferentes formas de saber e ampliando os horizontes da educação.

Para que esse potencial se realize, é fundamental que os professores estejam preparados para lidar com a riqueza simbólica dos mitos. Isso requer não apenas formação teórica sólida, mas também posturas pedagógicas sensíveis, éticas e dialógicas. É igualmente importante contar com materiais didáticos que reflitam a diversidade de tradições e mitologias presentes na história da humanidade, sem reduções ou estereótipos.

Ao abordar os mitos como parte constitutiva da experiência religiosa e cultural dos povos, o Ensino Religioso deixa de ser um espaço de mera exposição de conteúdos e torna-se um espaço formativo de escuta, interpretação e acolhimento da alteridade. Os mitos, ao narrarem os grandes temas da existência — nascimento, morte, sofrimento, transcendência, justiça, pertencimento —, ajudam os sujeitos a se pensarem no mundo e com o mundo.

Assim, reconhecer o lugar dos mitos no Ensino Religioso é também reconhecer a contribuição das Ciências da Religião como campo interdisciplinar, comprometido com a compreensão crítica das religiões e com a formação de sujeitos sensíveis à complexidade do humano. A valorização dos mitos, nesse cenário, não é um retorno ao passado, mas um gesto de escuta e interpretação que permite ao presente dialogar com sua própria profundidade simbólica.



Considerações finais

Este artigo propôs uma reflexão sobre a seguinte questão: qual é a importância dos mitos para o estudo das religiões e sua relevância no componente curricular de Ensino Religioso? O objetivo foi compreender de que maneira os mitos contribuíram para a análise do fenômeno religioso e como sua abordagem enriqueceu o ensino e a aprendizagem nesse campo.

Conforme a análise realizada, tanto para o(s) estudo(s) da(s) religião (ões) quanto para o componente curricular de Ensino Religioso, os mitos desempenham um papel fundamental. Eles auxiliam na compreensão das diversas tradições religiosas que compõem o campo religioso, permitindo, para além de um único segmento, o acesso a outras culturas e concepções de mundo. Através deles é possível experimentar, de forma lúdica e imagética, realidades desconhecidas, o que contribui significativamente para a aceitação do outro e para a abertura ao diálogo.

Sendo assim, refletir sobre a importância dos mitos traz contribuições valiosas para o(s) estudo(s) da(s) religião(ões), para o Ensino Religioso e também para o campo da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões), pois ajuda a entender as tradições religiosas a partir das histórias simbólicas que elas contam para explicar o mundo, os valores e os modos de viver. Como se observou, longe de serem simples invenções ou relatos ultrapassados, os mitos são formas de expressar o sagrado, dar sentido à existência e transmitir saberes profundos. No Ensino Religioso, eles permitem que diferentes crenças dialoguem entre si, favorecendo uma abordagem aberta, respeitosa e crítica das diversas formas de fé. Além disso, os mitos contribuem para a formação humana ao integrarem razão, emoção e imaginação, estimulando uma educação que valoriza o sentido da vida e a diversidade cultural e espiritual. Por isso, os mitos seguem sendo elementos fundamentais tanto para o(s) estudo(s) da(s) religião(ões) quanto para práticas pedagógicas que acolham o simbólico e o plural.

No que diz respeito especificamente ao Ensino Religioso, este estudo traçou um panorama histórico conciso sobre a trajetória da implementação desse componente curricular, destacando seus avanços e recuos ao longo do tempo. Um exemplo marcante dessa oscilação é o contraste entre a proposta de um Ensino Religioso com enfoque reflexivo e o retorno à confessionalidade, como demonstrado pela Lei nº 3.459, de 14 de setembro de 2000. A abordagem reflexiva do Ensino Religioso parte do reconhecimento



da diversidade cultural e religiosa presente na sociedade, afastando-se da catequese tradicional e consolidando-se como espaço de aprendizado sobre diferentes manifestações religiosas. Essa proposta vai além da simples transmissão de conteúdos, buscando promover o pensamento crítico, estimular o diálogo entre crenças distintas e contribuir para a formação cidadã dos estudantes.

Dentro dessa perspectiva, o(a) professor(a) atua como mediador(a), incentivando o respeito à pluralidade e a reflexão crítica. Para que tal abordagem se concretize de forma eficaz, é necessário revisar políticas públicas educacionais e investir na formação dos docentes, garantindo a implementação de um Ensino Religioso não confessional, conforme orienta a legislação brasileira. No entanto, persistem obstáculos como a resistência institucional e as fragilidades na formação inicial e continuada dos professores, o que compromete a consolidação dessa proposta. A recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que validou o ensino religioso confessional no estado do Rio de Janeiro, reacendeu o debate sobre o caráter laico do Estado e os limites da presença da religião nas escolas públicas.

No caso específico do mito de origem da cidade de Caicó, os mitos continuam a exercer um papel relevante na construção do saber e na forma como interpretamos o mundo. A história oficial, em muitos aspectos, se aproxima dessas narrativas simbólicas. Ainda que o mito contenha traços de veracidade histórica — como a existência de povos originários, os índios Caicós, e a chegada dos colonizadores portugueses —, é importante reconhecer que tais relatos sofrem transformações com o tempo. Muitas vezes, a história é romantizada, exaltando feitos heroicos e silenciando episódios marcados pela violência e pelo extermínio, frequentemente ocultados pelas chamadas “narrativas sagradas”.

Também se considera plausível que a fundação da capela esteja relacionada a uma promessa feita por um vaqueiro, o que não seria incomum na religiosidade popular do sertão, onde devoções e promessas marcam profundamente a experiência de fé. O mito de origem da cidade, portanto, ilustra a riqueza simbólica dos mitos e sua relevância para a análise de temas contemporâneos. Seu valor está na capacidade de ampliar o olhar sobre o presente, ao oferecer narrativas que ajudam a dar sentido às experiências coletivas. Mais do que trazer respostas objetivas, os mitos proporcionam leituras mais profundas da realidade.



A forma como lidamos com essas narrativas também influencia diretamente a percepção de mundo daqueles que as recebem. Hoje, mesmo conscientes de que a própria história documental pode ter sido manipulada, ainda contamos o mito da chamada “Guerra dos Bárbaros”. A diferença é que, agora, reconhecemos e valorizamos a versão dos índios Caicós — outrora silenciada. Mas essa, talvez, seja uma narrativa para outro momento.

Referências bibliográficas

BULFINCH, Thomas. *O Livro da Mitologia: A Idade da Fábula*/Thomas Bulfinch, tradução Luciano Alves Meira. 1. ed. – São Paulo: Martin Claret, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília 2018.

BRASIL, [LEIS ETC.] *Constituição da República Federativa do Brasil* / Marcos Antônio Oliveira Fernandes, (org.) Anne Joyce Angher. 14ª ed. São Paulo: Rideel, 2008.

BRASIL, Elizandra; DMENGEON, Ivone. *Ensino religioso: o mito como contribuição na educação humana*. Educadores dia a dia. 2010. Disponível em : http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/ENSINO RELIGIOSO/artigos/6mito_contribuicao_edhumana.pdf. Acesso em: 30 dez.2022.

RIO DE JANEIRO, [LEIS ETC.] Lei nº 3.459, de 14 de setembro de 2000. Rio de Janeiro, 2000.

CARDOSO, Marcos Antônio. *Breve Trajetória do Ensino Religioso no Brasil*. Revista Unitas, v.5, n.2 (n. especial), 2017.

COSTA, Antônio Max. *Um breve histórico do ensino religioso na educação brasileira*. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. 2009. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.4.pdf>. Acesso em: 06 abril 2023.

CROATTO, Severino. *As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião* / José Severino Croatto, tradução de Carlos Maria Vásquez Gutierrez — 3ª ed. — São Paulo: Paulinas, 2010.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. 4º. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FERNANDES, Maria Madalena. *Afinal o que é o ensino religioso?* Sua identidade própria em contraste com a catequese. São Paulo: Paulus, 2000.

FERNANDES. Wellison Westerley. *Lendas e mitos caicoenses: a edificação da identidade de um município*. (Monografia) Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN 2004.

FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. Revista e aumentada. 33ª impressão. 2ª ed. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, RJ. Ano: 1986.



FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 84. ed – Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2022.

GRIJO, Elizabeth Dondoni. *Breve Trajetória do Ensino Religioso no Brasil*. Revista Unitas, v.5, n.2 (n. especial), 2017.

JUNQUEIRA, Sergio. Rogerio. *Ensino Religioso na Perspectiva da Escola: Uma Identidade Pedagógica*. INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade / v. 4 n.5 / p. 245-256 / 2009.

PINHEIRO, Jorge. *Ciências da religião: reflexões para hoje*. São Paulo: Fonte (Editorial, 2014.

PROCÓPIO, M. T. *O giro epistemológico do Ensino Religioso: da confessionalidade à Ciência da Religião Aplicada*. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião [S. l.], v. 27, n. 2, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/44710>. Acesso em: 27 fev. 2025.

RODRIGUES, Elisa. *Ensino religioso, tolerância e cidadania na escola pública*. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 763-782, 2013.

RODRIGUES, Elisa. *Questões epistemológicas do ensino religioso: uma proposta a partir da Ciência da Religião*. Interações: Cultura e Comunidade, vol. 8, núm. 14, p. 230-241, jul.-dez. Belo Horizonte, 2013.

RODRIGUES, Elisa. *Ensino Religioso Reflexivo: Uma proposta a partir da Ciência da Religião*, Elisa Rodrigues, 2 edições. São Paulo. Editora Recriar, 2024.